

## PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Ester Vitória do Nascimento Santos Sales<sup>1</sup>

Luana Santos<sup>2</sup>

Patrícia Carla da Hora Correia<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Com as grandes mudanças na sociedade e com os avanços científicos e tecnológicos em conjunto com a modernização do ensino, a escola uma das bases de referências para a constituição social, sofrerá interferências que determinará por parte dos sujeitos integrantes, adaptação necessária para adequar-se à nova realidade em que se é estabelecida.

Com efeito, os sujeitos responsáveis da práxis pedagógica, os professores, terão novos desafios aos quais deverá ser superado a fim de conseguir êxito quanto o processo de ensino e aprendizado. Diante disso, como prepará-los ainda durante seu processo de graduação? Os variados projetos desenvolvidos em grande parte, nas Universidades Públicas Brasileira, estão cada vez mais permitindo essa inserção quanto mais cedo, de jovens discentes/docentes em âmbito escolar, por meio de programas, a citar o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Programa de Residência Pedagógica, aspecto central desta breve reflexão.

Tendo por base esse novo programa nas Universidades, se objetiva neste estudo é refletir sobre a formação de professores tendo em sua trajetória, fazendo-se também reflexões sobre a educação e por fim sobre a formação dos professores, sobretudo no que tange a Residência Pedagógica com o aspecto voltado à Educação Inclusiva.

### METODOLOGIA

Esse estudo utilizou-se da pesquisa bibliográfica, que segundo Antônio Joaquim Severino, faz o uso de pesquisas já produzidas por outros autores e que podem ser encontradas em jornais, revistas, livros e artigos (SEVERINO, 2007) e que “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos” (*Id; Ibid*, p.122).

### DESENVOLVIMENTO

Para o embasamento deste estudo, reuniremos reflexões de Eliane de Sousa Nascimento e Patrícia Carla da Hora Correia (org.) em seu trabalho reunido no módulo do curso, intitulado Aperfeiçoamento em Educação Especial: Módulo do curso Formação de Professores na Área da Deficiência Visual, pela Universidade do Estado da Bahia, Salvador 2013, por onde faz menções pertinentes a trajetória da educação inclusiva.

Faremos também a reflexão sobre a Educação e para tais discussões, estudos de José Carlos Libâneo (2005) e Carlos Rodrigues Brandão (1992) Para darmos continuidade, agora referente a formação de professores, utilizaremos os estudos de Marli André enfatizando em

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, [ester.sales98@gmail.com](mailto:ester.sales98@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, [lua2017santos@hotmail.com](mailto:lua2017santos@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professora Orientadora: Doutora em Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, [patricia@inclusaodahora.com.br](mailto:patricia@inclusaodahora.com.br).

sua constituição profissional (sua formação). Dando continuidade, apresentaremos informações pertinente sobre o programa de Residência Pedagógica e utilizaremos dos estudos de Katia Augusta Curado Pinheiro da Silva e Shirleide Pereira Cruz. Documentos Legais também serão consultados, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), nº Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, além da Declaração de Salamanca (1994).

O convívio em sociedade é um dos fundamentos da educação, afinal com ela as pessoas se desenvolvem em qualquer área, e mantém as relações e trocas sociais. Todo o ser humano necessita se comunicar com outros, e a educação está associada a isto, saberes e valores culturais, e é tudo isso que mostra as várias educações. E como o ser humano é diferente um do outro, a educação dá um auxílio a isso, como aborda José Carlos Libâneo:

Numa sociedade em que as relações sociais baseiam-se em relações de antagonismo, em relações de exploração de uns sobre outros, a educação só pode ter cunho emancipatório, pois a humanização plena implica a transformação dessas relações. (LIBÂNEO, 2005, p.30).

Educação engloba os processos de ensinar e aprender, nas trocas sociais, por exemplo, ensinamos aquilo que sabemos, mas também adquirimos aprendizagem. Ela apresenta-se nas formas sociais de se conduzir o cidadão. A sociedade educa as novas gerações passando-lhe a sua cultura.

Com os processos educativos o ser humano torna-se capaz de compreender e refletir sobre o meio social. A educação não tem regras a ser seguida ela é realizada através das formas de obter e adquirir conhecimento.

Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força. (BRANDÃO, 1992, p. 17).

Reafirmando o pensamento de Brandão (1992), a educação precisa ir além da mera formalidade didática da sala de aula, tendo em vista que o professor tem o papel de desenvolver os processos educativos, podendo destacar a realidade, levando para os alunos uma reflexão sobre sua vivência e experiências com os assuntos das aulas, sendo assim, um mediador tendo preocupação com o aluno levando autoestima para eles, que contribui no processo de aprendizagem.

A escola “deve ser aberta a diversidade, responsabilizando-se pela garantia de educação para todos, democratizando a escola, garantido o acesso, permanência e qualidade de ensino” (NASCIMENTO; CORREIA, 2013), no entanto, muitas são as barreiras encontradas para a aceitação dessa diversidade e a inclusão de muitos deste só é efetivado quando se há uma proposta de entrada e permanência dos sujeitos em âmbito escolar.

A Educação Inclusiva tem conquistado seu espaço e provocado no meio educacional grandes repercussões, no qual anteriormente o sistema educacional que excluía, hoje tem o objetivo de incluir. Essa categoria educacional garante o direito de educação para todos, e não apenas para os indivíduos que possuem algum tipo de necessidade especial a estarem inserido na escola.

A escola tem como papel fundamental formar cidadãos críticos, contribuindo para que todos os discentes um maior conhecimento e desenvolvimento a partir do processo de ensino-

aprendizagem. Da mesma forma que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, apresenta a liberdade e igualdade para a permanência e acesso na escola.

O direito pela educação, efetivada na Constituição Federal no Art. nº 205, por vezes, qual legitima o Estado, a Família e a sociedade assegurá-la, por vezes é ignorada, contribuindo assim para a permanência das desigualdades sociais, sobretudo no que se diz sobre a educação para os que necessitam de atendimento educacionais especiais. Porém alterações e legislações tendem a favorecer a uma mudança deste quadro. Tanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96, quanto a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência nº 13.146/15, tem por finalidade possibilitar a igualdade em sua participação na sociedade os direitos da inclusão social e da cidadania destes. Com o objetivo de promover a inclusão e reduzir o preconceito e discriminação, contribuindo também para a melhoria da educação brasileira, garantindo a permanência de pessoas com deficiência em um ensino de qualidade.

A escola é o local onde mais se possui contribuições que favoreçam a compreensão e desenvolvimento das pessoas enquanto seres críticos e reflexivos, através das práticas educativas, os estudantes se tornarão cidadãos questionadores e entendedores da sua identidade, reconhecendo-se enquanto importante para a sociedade, colaborando também para a sua autoestima.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A preparação do professor para o processo de ensino e aprendizado é crucial para a sua construção identitária, “o processo de constituição da identidade profissional deve ser, portanto, um dos componentes da proposta curricular (...) experiências de desenvolvimento profissional dos docentes” (ANDRÉ, 2010, p. 176), portanto, a sua construção como docente, dar-se início quando cursos e atividades são resultados da inserção da formação identitária deste nos currículos (ANDRÉ, 2010).

Cientes dos esforços tidos no âmbito nacional, mesmo a muitas crises políticas e econômicas, de superar as desigualdades sociais por meio da educação, mas propriamente investindo na formação do professor, ainda são poucos resultados deste longo. No entanto, tais esforços não são sucumbidos pelas turbulências ocorridas, mais efetiva uma busca de equidade educacional, quando superar barreiras e controvérsias.

A formação do professor garante o progresso da educação e efetiva a equidade de direitos. Refletir sobre a formação desses sujeitos, é questionar sobre as implicações resultados destas construções, sobretudo na prática da sala de aula

A formação docente tem que ser pensada como um aprendizado profissional ao longo da vida, o que implica envolvimento dos professores em processos intencionais e planejados, que possibilitem mudanças em direção a uma prática efetiva em sala de aula (ANDRÉ, p. 176, 2010).

Assim, mudanças serão reflexos de um desempenho desses na sua formação enquanto cientistas da educação.

De fato a diversidade social e cultural exige dos sujeitos integrantes da sociedade, conviver de forma harmoniosa para que assim possa ser conquistada a garantia plena e igual de direitos. No entanto, tais povos não são bem recebidos no âmbito educacional, quando se há pendências referentes ao processo de aceitação do que se é diferente, ao que chama de

normalidade, ocasionando assim, repulsas, estereótipos, e marginalização deste na sociedade e conseqüentemente nas vivências escolares, sobretudo nos materiais de apoio aos docentes que são os livros didáticos.

É assim que Santomé (1995) aborda sobre os grupos sociais minoritários, dito, mas precisamente, as “culturas negadas” quando são apresentados, são mostrados com visões estereotipadas e, isso está presente em muitos livros didáticos. Esses efeitos podem estar relacionados a falta de uma formação do profissional da educação, por não saber incluir o estudante “diferente” e as mudanças o qual são esperadas, por vezes, são omitidos pelo despreparo docente no exercício do ensino.

O corpo docente, tem um papel fundamental em possibilitar debates acerca das desigualdades que acontecem, proporcionando assim no cotidiano escolar oportunidades igualitárias entre os indivíduos. Contudo, sabe-se que em questão curricular da formação do professor o currículo tem sido excludente, tendo em vista que os componentes curriculares ofertados tem resultado na “falta de preparo”, refletindo assim no meio escolar, podendo ocasionar na exclusão de estudantes que possui dificuldade de aprendizagem ou algum tipo de deficiência, síndrome e/ou transtorno.

O curso de Pedagogia, sobretudo da Universidade do Estado da Bahia, Campus I conta com o componente curricular Estágio Supervisionado e, atualmente conta com outras experiências enriquecedoras para o docente aprendiz, dentre os quais o Programa de Residência Pedagógica - RP, aprovado no projeto de Lei do Senado Federal 6/2014, alterando o projeto de Lei nº 277/07. Com este programa de formação inicial do (a) pedagogo (a) na Universidade, que por meio desses processos, permite graduandos em pedagogia a estarem em observação e participação com intervenções feitas em sala de aula, permitindo com que haja conhecimento com a prática docente antes mesmo da sua formação enquanto pedagogo (a).

Mesmo o Programa de Residência Pedagógica não ser tão novo como acreditam como afirma Silva e Cruz (2018), este foi pensado inicialmente em similar a residência médica, devido ao sucesso que este apresenta, enquanto formação desses profissionais. Desse modo, mesmo não correspondendo aos que sabe de uma residência médica, a pedagógica possui características próprias e que auxilia enquanto docente em processo de formação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É fundamental que pensemos em ações diferenciadas que motivem e aproximem os estudantes, para que haja a quebra da estruturação posta nas salas de aula, tendo em vista um maior aproveitamento do conhecimento. Dessa forma é indispensável que haja consciência de que o conhecimento não se faz apenas na sala de aula e que as histórias de vida das crianças em seu contexto, enriquecem o conhecimento didático e o programa de Residência Pedagógica tem contribuído para essa construção.

Sabe-se dos desafios encontrados no sistema educacional brasileiro, mas é através das ações pedagógicas, que os docentes estarão contribuindo para um ensino que incluam todas as crianças, focando em formar cidadãos questionadores, reflexivos e críticos. Para que haja uma educação inclusiva, é necessário promover a formação continuada dos professores, para que estes possam realizar um ensino-aprendizagem que foca em formar cidadãos conhecedores dos seus direitos, da sua história, possibilitando uma educação de equidade.

Com isso, estará dando importância para o professor enquanto pesquisador, fazendo com que este esteja mais bem preparado para a sua prática pedagógica, sabendo atuar profissionalmente, contribuindo para um ensino de qualidade para todos. Dessa forma, os

estudantes se sentirão mais próximos da sociedade em que vivem, proporcionando não apenas a permanência, mas também a participação destes na escola.

Buscou-se neste estudo fazermos uma reflexão sobre a formação docente, apresentando inclinações ao mais novo programa de formação de professores enquanto estudantes, que é o Programa de Residência Pedagógica dando início no ano de 2018 na Universidade do Estado da Bahia e que tem permitido a centenas de estudantes de pedagogia a estarem período formativo, atuando em pesquisas e no exercício profissional, compreender o universo da educação, sobretudo no que tange a Educação Inclusiva, aspecto o qual buscou-se apresentar neste estudo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Formação; Professores; Residência Pedagógica.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Formação de professores: a constituição de um campo de estudos.** Educação, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010.

BRANDÃO, Carlos. **O que é educação.** São Paulo: BRASILIENSE, 1992.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso de: 11 de agost. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Data de acesso: 30 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm). Acesso em: 26 de setembro de 2019.

\_\_\_\_\_. Declaração de Salamanca (1994). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Data de Acesso: 26 de set. de 2019.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro da. CRUZ, Shirleide Pereira. **A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências.** Momento: diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago, 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia pedagogos, para e quê.** 8º ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MELLO, S. P. T. LINDNER, L. M. T. **A contribuição dos estágios na formação docente: observações de alunos e professores.** 2012.

NASCIMENTO, Eliane de Sousa Nascimento; CORREIA, Patrícia Carla da Hora (org.). **Aperfeiçoamento em Educação Especial: Módulo do curso Formação de Professores na Área da Deficiência Visual.** Universidade do Estado da Bahia, Salvador 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo.** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis: Vozes, 2011.